



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **7 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 8 de setembro de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO Governo prepara ofensiva contra importados	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Câmara aprova incentivo à produção de tablets	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Brasil e China atrairão mais investimentos, diz pesquisa	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Centrais querem menos importados	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA BRASIL Imposto de importação de 7 produtos aumenta para garantir competitividade nacional	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ITAMARATY / SALA DE IMPRENSA São Paulo e Amazonas travam briga no Supremo	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL D24AM Fapeam abre edital para empreendedores de Manaus para participarem do Fiam	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo prepara ofensiva contra <u>importados</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Após promessa da presidente Dilma em discurso pelo Dia da Independência, técnicos do governo garantem reforços às medidas de defesa comercial

Jamil Chade - O Estado de S.Paulo

CORRESPONDENTE/ GENEBRA

O governo brasileiro fará uma verdadeira ofensiva para frear a entrada de produtos importados no mercado nacional que estejam prejudicando as empresas brasileiras.

A iniciativa prevê fortalecer o controle sobre a fraude nos portos e aeroportos, contratação de novos investigadores para fiscalizar dumping e a adoção de novas leis exigindo testes a produtos estrangeiros. Governos estrangeiros têm alertado para a "tentação protecionista" do Brasil. Mas o governo garante que está fazendo tudo "dentro da lei".

Em 2010, o Brasil liderou a expansão de importações no mundo. Com uma economia em crescimento, e diante de uma ameaça de recessão nos países ricos, o mercado brasileiro e de outros emergentes se tornou prioridade para a ação de empresas de todo o mundo. O real valorizado vem ajudando a incrementar a competitividade dos produtos estrangeiros no Brasil.

Há dois dias, a presidente Dilma Rousseff deixou claro que o governo não aturaria a concorrência desleal. Ontem, foi a vez do secretário executivo do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior, Alessandro Teixeira, explicar como está ocorrendo essa ofensiva, durante sua passagem por Genebra para reuniões na ONU.

Ofensiva. Uma das medidas é a contratação de 120 novos investigadores no MDIC para permitir um maior trabalho sobre casos de dumping. Segundo Teixeira, uma suspeita de dumping no País leva em média 15 meses para ser apurado por falta de funcionários. "Nosso objetivo é baixar esse tempo para dez meses".

Na prática, a medida vai ajudar o setor nacional que esteja sendo alvo da prática ilegal de estrangeiros a se proteger de forma mais rápida da concorrência. Dados da Organização Mundial do Comércio (OMC), porém, indicam que o Brasil é o país que lidera na aplicação de medidas de

dumping desde o final de 2010. Teixeira insiste que não se trata de protecionismo. "Isso é defesa comercial."

Um segundo pilar da ofensiva ocorrerá nos portos e aeroportos. Desde agosto, o MDIC vem colaborando com a Receita Federal em um trabalho de "inteligência comercial". A meta é a de fechar o cerco contra fraudadores que estão trazendo produtos importados para dentro do País com notas falsas, valores menores para não pagar impostos e mesmo contrabando.

Teixeira preferiu não falar quais são os setores que serão mais fiscalizados. Mas o Estado apurou que calçados, têxteis, ótica, brinquedos e pneus estão entre os maiores suspeitos. Há duas semanas, a Receita iniciou a Operação Panos Quentes 3, com a meta de identificar a fraude nas importações têxteis.


O secretário executivo garantiu que as operações vão continuar em "diversos setores" nos próximos meses. Na prática, alguns carregamentos correm o risco de ter a entrada no País atrasada em 90 dias. Outra suspeita é de que o Brasil tenha sido alvo de produtos que usam outros mercados para depois serem transportados ao território nacional, uma prática conhecida como "triangulação".

A ofensiva contra a concorrência considerada como desleal chegará ao Congresso. Um projeto de lei está sendo apresentado pelo MDIC para exigir que todos os produtos importados passem pelos mesmos testes técnicos e de qualidade que os bens nacionais. Teixeira garante que a meta é garantir "que o brasileiro tenha acesso a produtos que possa de fato consumir".

Defesa

Dilma Rousseff - Presidente do Brasil

"O governo não vai permitir que artigos estrangeiros venham concorrer, de forma desleal, com os nossos produtos"

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Câmara aprova incentivo à <u>produção</u> de tablets		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Fernando Exman | de Brasília

A Câmara dos deputados aprovou na terça-feira a medida provisória que concede incentivos fiscais à produção de tablets, como parte do esforço do governo Dilma Rousseff para atrair fabricantes desses equipamentos ao Brasil.

A medida provisória, que ainda precisa ser aprovada no Senado antes de seguir para a sanção presidencial, reduz a zero as alíquotas de PIS/Pasep e de Cofins que incidem sobre a venda dos equipamentos, desde que produzidos no país. Segundo o governo, a renúncia fiscal decorrente da medida provisória será de R\$ 6,06 milhões ao ano.

A votação da MP, agendada para a véspera do feriado do Dia da Independência, foi feita de forma simbólica devido à ausência de grande parte dos parlamentares. de autoria da deputada Manuela D'Ávila (PCdoB-RS), o parecer aprovado definiu como tablet o computador portátil com tela sensível ao toque de área entre 140 e 600 centímetros quadrados e sem controle remoto, como os tablet PCs.

O texto reforçou os incentivos concedidos aos tablets produzidos na Zona de Franca de **Manaus**, dando mais vantagem competitiva para as empresas instaladas na região. Outros dois temas que não constavam da proposta original

enviada pelo Poder Executivo à Câmara dos deputados foram incluídos no texto.

Um deles trata da prorrogação por cinco anos, até janeiro de 2017, da isenção da cobrança do adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante dos produtos que tiverem portos nas regiões Norte e Nordeste como destino final. O outro deu um alívio às Zonas de processamento de **exportações** (ZPEs) que demorarem a iniciar suas obras de implantação após serem criadas: elevou de um para dois anos o prazo em que o ato de criação dessas ZPEs caducará se as obras não tiverem começado.

A relatora da MP na Câmara tentou ainda inserir em seu relatório outros assuntos que não estavam previstos no texto original, mas teve que recuar após as negociações com líderes do governo e da oposição chegarem a um impasse. A deputada pretendia, por exemplo, permitir que o Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), empresa instalada no Rio Grande do Sul para produzir semicondutores e subordinada ao **Ministério** da Ciência e Tecnologia, tivesse subsidiárias no **Brasil** ou no exterior e um regime simplificado de aquisições de bens editado por decreto. A oposição não aceitou esse trecho do parecer, que acabou sendo retirado do texto e poderá constar de propostas futuras do Executivo.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Brasil e China atrairão mais investimentos, diz pesquisa		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Assis Moreira

O fluxo de investimentos estrangeiros diretos para o **Brasil** está em alta, e a China continuará sendo o maior investidor no país este ano, seguida pelos Estados Unidos. A implementação de alguns projetos, porém, está atrasada devido à forte valorização do real.

Isso foi o que afirmou ontem em Genebra o secretário-executivo do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**, Alessandro Teixeira, depois de presidir a conferência anual da Associação Internacional de Agências de Promoção de Investimentos (Waipa, na sigla em inglês).

Uma pesquisa entre as 176 agências de promoção de investimentos de 140 países apontou o **Brasil** e a China como os destinos preferidos para atrair investimentos externos no próximo ano, com 19% das preferências, segundo informou Teixeira. A Índia ficou em terceiro lugar, com 15%, seguido pelos Estados Unidos, com 10%.

Para o secretário, a crise econômica nos Estados Unidos e na Europa estaria apressando as decisões das empresas de investir no Brasil. Ele exemplificou dizendo que espera fechar negociações ainda este ano para atrair quatro investimentos bilionários ao país. Um deles, de uma empresa japonesa na área de transporte e infraestrutura, poderá atingir os US\$ 3 bilhões. Há projetos também de uma companhia europeia, de uma chinesa e de uma americana.

Teixeira informou que uma delegação da empresa taiwanesa Foxcomm estava ontem em Belo Horizonte para se encontrar com o ministro Fernando **Pimentel**, a fim de examinar a possibilidade de o Estado de Minas Gerais ser o local de funcionamento uma futura fábrica de **produção** de tablets e telefones, inclusive para a Apple.

Teixeira disse que o **MDIC** aumentou assim a estimativa de investimento estrangeiro direto em 2011 de US\$ 50 bilhões para US\$ 55 bilhões. Na verdade, a sua previsão é abaixo dos US\$ 65 bilhões mencionados pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, em maio, quando o Banco Central já tinha a projeção de US\$ 55 bilhões.

Teixeira admite, em todo caso, que a valorização forte do real faz com que algumas empresas anunciem investimentos, só que elas demoram mais para dar início aos projetos.

O presidente da Waipa admitiu que errou quando informou na semana passada que o fluxo global de investimentos poderia declinar até 20% em 2011/12 por causa da crise. Na verdade, diz Teixeira, é o fluxo de investimento externo direto para os países desenvolvidos que pode cair até esse percentual. O fluxo para emergentes continuará em alta. O volume global pode aumentar 10% este ano, aumentando para US\$ 1,33 trilhão

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Centrais querem menos <u>importados</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Para sindicatos, redução de IPI deve estar vinculada a maior conteúdo nacional

Wagner Gomes

SÃO PAULO. As centrais sindicais vão insistir com o governo para que a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os veículos seja condicionada a um índice de nacionalização de peças de 80%, e não de 60%, conforme previsto na nova política industrial Brasil Maior. O secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Quintino Severo, disse que o aumento do conteúdo nacional de peças será fundamental para a elevação da produção local e a manutenção dos empregos no Brasil.


- O governo está propondo às montadoras um índice de nacionalização de 60% para oferecer os benefícios fiscais. Mas nós não vamos aceitar isso. Há uma enxurrada de importados entrando no país e nós vamos entrar numa queda de braço para garantir o aumento da produção no Brasil - disse Severo.

Pela proposta do governo, publicada por meio de medida provisória, o IPI teria redução até julho de 2016. Em

2008, durante a crise, o imposto dos carros também caiu. Além de um índice de nacionalização mais alto, os sindicalistas exigem que a redução do imposto seja repassada também aos consumidores com a queda no preço dos carros. Outra proposta é que a jornada de trabalho passe de 44 para 40 horas semanais.

- Essas contrapartidas são fundamentais. Não se pode reduzir impostos para aumentar o caixa das montadoras. Qualquer benefício do governo para o setor privado precisa ser repassado aos trabalhadores e aos consumidores - afirmou o secretário-geral da CUT.

O governo já avisou às montadoras que, se não houver contrapartida no índice de nacionalização de peças, investimento em inovação e metas de eficiência energética, poderá manter o IPI dos carros como está ou elevar o imposto aos que não se enquadrarem às regras do novo regime automotivo que está sendo desenhado. Representantes da indústria estiveram anteontem com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, para tentar chegar a um entendimento. Um executivo da Anfavea negou que haja resistência ao acordo e informou que continua em negociação com o governo.

	VEÍCULO AGÊNCIA BRASIL	EDITORIA	
	TÍTULO Imposto de <u>importação</u> de 7 produtos aumenta para garantir competitividade nacional		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Luciene Cruz


Da Agência Brasil

Sete produtos foram incluídos na noite de ontem (6) na lista de exceção à Tarifa Externa Comum (TEC), pela Câmara de **Comércio** Exterior (Camex), do **Ministério** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior (**MDIC**). Entre os produtos incluídos, estão aparelhos de ar-condicionado, bicicletas comuns e pneus de bicicleta.

A inclusão na lista de exceção pode ser feita para reduzir ou aumentar o Imposto de **importação** do produto que vem de fora. Desta vez, os impostos de todos os produtos incluídos na lista foram elevados, conforme destacou o secretário executivo da Camex, Emílio Garófalo. "Com a valorização cambial e a crise econômica, houve aumento de **importações**. Isso traz a necessidade de fazer essa elevação temporária das alíquotas. Isso não é garantia que as alíquotas ficarão a esse nível", disse. A revisão da lista de exceção ocorre a cada seis meses.

Para a secretária de **Comércio** Exterior, Tatiana Prazeres, a medida mostra a preocupação do governo em assegurar a competitividade internacional. "A TEC brasileira é geralmente utilizada para reduzir o Imposto de **importação**. Hoje, foi utilizada para aumentar. Isso é reflexo da preocupação do governo com **importações** crescentes e setores específicos da indústria afetados por essa **importação**", acrescentou.

O Imposto de **importação** das bicicletas passou de 20% para 35%. As bicicletas de competição ficam isentas da nova alíquota. No caso dos aparelhos de ar-condicionado, a alíquota também foi fixada em 35%, antes era 18%. Também passa a ser taxada em 35% a **importação** de pneus de borracha de bicicletas, porcelanatos, partes referentes a unidades condensadoras ou evaporadoras para fabricação de aparelhos de ar-condicionado, barcos a motor e rodas e eixos ferroviários.

	VEÍCULO ITAMARATY / SALA DE IMPRENSA	EDITORIA	
	TÍTULO São Paulo e Amazonas travam briga no Supremo		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Governo de São Paulo irá ao STF responder acusação de guerra fiscal feita pelo Amazonas

O secretário de gestão pública do estado de São Paulo, Julio Semeghini, vai reunir o grupo de parlamentares que participou da elaboração do projeto de Lei da Informática, de 2001, para ir ao Supremo Tribunal Federal (STF) afastar qualquer possibilidade de comparação das medidas de isenção de tablets com o possível início de uma guerra fiscal. “Os benefícios fiscais concedidos atualmente são fruto de um grande acordo entre os estados para equilibrar as vantagens oferecidas pela **Zona Franca de Manaus** e que constam na Lei da Informática”, diz Semeghini.

“As regras de tablets estão apenas reproduzindo o que já foi concedido para os computadores pessoais”, explica.

Segundo Semeghini, a competitividade da **Zona Franca de Manaus** está garantida dentro da Medida Provisória 534-11. O texto da relatora Manuela D’Ávila (PCdoB-RS) eleva o crédito de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para **Zona Franca** de 4,6% para 5,6%, e evita que as empresas já instaladas na região saiam de lá para aproveitar a janela de oportunidade aberta para outros estados.

Para Semeghini, outra trava para evitar competições desleais entre estados é a regra que estabelece um certo

tamanho do **mercado** de tablets para evitar que outros produtos, similares, como as telas finas, sejam incluídos na lei sem terem a função específica de tablet.

Segundo o **Ministério** de Ciência e Tecnologia, pelo menos 25 empresas apresentaram um pleito de concessão de incentivos que é um dos itens de aprovação de um documento chamado Processo Produtivo Básico (**PPB**). Destas, sete tiveram seus processos aprovados e outras três estão em fase final de aprovação.

O **PPB** credencia as empresas a acessarem as isenções de impostos previstas na MP. A expectativa do **mercado** é que a maioria delas optem por São Paulo para instalar sua operações. Exemplos não faltam.

Em maio, a Alcatel Lucent inaugurou um centro de inovação tecnológica no estado que atenderá o **Brasil** e a América Latina. Apesar de São Paulo—mais precisamente a cidade de Jundiaí— ter sido escolhida para receber a fábrica da Apple que será instalada pela Foxconn, ainda existem mais de uma dezena de empresas buscando abrigo para suas instalações. A própria Foxconn tem outros projetos, entre eles uma fábrica da Apple e outra de **produção** de telas para aparelhos como tablets e celulares.

P.V. e R.B.N. Colaborou Fabiana Monte

	VEÍCULO PORTAL D24AM	EDITORIA	
	TÍTULO Fapeam abre edital para empreendedores de <u>Manaus</u> para participarem do Fiam		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O Salão de Negócios Criativos vai reunir empreendedores da região Amazônia e pretende promover as potencialidades regionais, identificar as oportunidades de negócios.

Manaus - Os empreendedores do Amazonas já podem submeter suas propostas de negócios inovadores para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) para participarem do Programa de Apoio para o Salão de Negócios Criativos que vai acontecer durante a realização da 6ª Feira Internacional da Amazônia (Fiam) 2011 entre os dias 26 a 29 de outubro. O edital para quem quiser participar já está disponível no site da FAPEAM.

O Salão de Negócios Criativos vai reunir empreendedores da região Amazônia e pretende promover as potencialidades regionais, identificar as oportunidades de negócios, além de atrair investimentos e gerar novos conhecimentos no âmbito da região.

O edital visa à seleção de planos de negócios para exposição a investidores e outros potenciais incentivadores, além de viabilizar a transferência de capital empreendedor para empreendimentos que aliem rentabilidade e impactos positivos ao desenvolvimento regional.

Serão considerados para fins de elegibilidade os planos de negócios preferencialmente inovadores (produtos e/ou serviços) em estágios avançados de desenvolvimento, vinculados às potencialidades regionais, que visem à sua inserção no mercado e, principalmente, que por suas especificidades promovam agregação de valor na região.

Poderão se inscrever no programa empresas, institutos de pesquisa tecnológica, pesquisador pessoa física e elegível apresentador do projeto, conforme previsto no formulário de apresentação do anexo da proposta no edital.

O plano de negócio deve apresentar caráter preferencialmente inovador, ser de interesse para o desenvolvimento sustentável da região amazônica e se enquadrar em uma ou mais das seguintes linhas de interesse: Produtos Regionais como frutas, sementes, óleos essenciais, fibras e peixes; produção de bio indústria, biocosméticos, fitoterápicos, fitocosméticos, artefatos, móveis de madeira e bijoias; Turismo e outros segmentos na área de biotecnologia.

Para participar do programa é necessário ter os seguintes documentos: uma cópia impressa e assinada do Formulário de Apresentação de Proposta (disponível no final do edital), uma cópia impressa do Currículo do proponente (de preferência o Currículo Lattes), e uma cópia impressa do Cadastro no Banco de Pesquisadores da FAPEAM. A documentação deverá ser entregue em um envelope lacrado, por meio de carta de encaminhamento à Diretoria Técnico-Científica (modelo disponível no link formulários da homepage da FAPEAM), aos cuidados do Departamento de Análise de Projetos, em 02 (duas) vias impressas.

Segundo a diretora presidenta da FAPEAM, Maria Olívia Simão, a Fundação está trabalhando com os organizadores da Fiam para dar visibilidade ao Salão de Negócios Criativos, coordenado pela Suframa e pelo Centro de Biotecnologia da Amazônia. "Este será um espaço muito importante para que o empresariado possa mostrar seu potencial aos investidores. A FAPEAM ajuda a dar visibilidade e a coordenar a seleção das empresas. A Suframa e o CBA vão desenvolver toda a metodologia junto com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, para que esse seja um momento de rara oportunidade para o nosso empresariado local", destacou.